COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

PROJETO DE LEI Nº 3.342, DE 2004

Dá nova redação ao artigo 106 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, regulamentando a emissão do Certificado de Segurança Veicular expedido por Instituição Técnica credenciada pelo INMETRO, bem como estabelecer um número de instituição técnica por região, em função da quantidade de veículos a serem inspecionados.

Autor: Deputado DR. HELENO

Relator: Deputado GIACOBO

I - RELATÓRIO

O projeto de lei em exame altera a redação do art. 106, para atribuir especificamente ao INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia e Qualidade Industrial, a responsabilidade de credenciar instituição técnica capacitada para emitir o Certificado de Segurança Veicular, conforme norma do CONTRAN, necessário ao registro e licenciamento de veículos fabricados artesanalmente ou modificados, bem como dos que tiveram substituição de equipamento de segurança especificado pelo fabricante.

Acrescenta, ainda, parágrafo único a esse artigo estabelecendo que o “credenciamento de instituição técnica para realizar os serviços de inspeção de segurança veicular e inspeção em equipamento destinado ao transporte rodoviário de produtos perigosos deverá se dar através de contratação pelo processo licitatório, sob regime de concessão”.

Determina que caberá ao INMETRO, após consulta aos DETRANs, fixar, por região, o número de instituições técnicas de inspeção em função da quantidade de veículos a serem inspecionados, por prazo determinado. Essa medida tem como objetivo comprovar a capacitação técnica e tecnológica no atendimento aos requisitos e especificações exigidos pelo INMETRO.

Este projeto de lei foi apreciado na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, tendo sido aprovado nos termos do parecer do Relator.

Nesta Comissão de Viação e Transportes não recebeu emendas.

II - VOTO DO RELATOR

A proposta apresentada por este projeto leva a unir os procedimentos relativos ao certificado de segurança exigido no art. 106 do Código de Trânsito Brasileiro com a inspeção veicular determinada no art. 104 do mesmo documento legal. Consideramos tal medida cabível, uma vez que em um e outro caso trata-se dos cuidados necessários quanto à segurança dos veículos.

A ausência de um marco regulatório referente à inspeção de segurança, fixada nos termos do art. 104, estimulou o autor do projeto a avançar com esse objetivo. Desse modo, veio a dispor sobre a forma de credenciamento e o tipo de outorga para esse serviço público, e destacar os órgãos governamentais aos quais deverá caber as atribuições de controle e viabilização do serviço de inspeção veicular.

Propõe, ainda, o autor, que seja estabelecida uma distribuição adequada de instituições técnicas por região, em função da quantidade de veículos a serem inspecionados e por prazo determinado. Essa iniciativa corresponde a uma parte das propostas dos grupos multidisciplinares que vêm debatendo sobre a implantação da inspeção técnica veicular no País. Tem como objetivo assegurar a utilização da devida capacidade técnica e moderna tecnologia no atendimento dos requisitos e especificações a serem exigidas pelo INMETRO.

Esse projeto de lei é, portanto, válido, merecendo prosperar. Consideramos, contudo, que deveria ficar excluída da proposta a referência à inspeção em equipamentos de veículos destinados ao transporte rodoviário de produtos perigosos. Esse tipo de veículo já é objeto de fiscalização e inspeção severas nos termos do Decreto Presidencial nº 96.044, de 18 de maio de 1988, que “Aprova o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos”, reforçado pela Resolução ANTT nº 420/2004, que “Aprova as Instruções Complementares ao Regulamento do Transporte Terrestre de Produtos Perigosos”, e pela Portaria nº 277/91 do INMETRO, que “Aprova o regulamento técnico veículo rodoviário destinado ao transporte de produtos perigosos”.

Pelo exposto, somos pela aprovação do PL nº 3.342, de 2004, na forma do Substitutivo que apresentamos.

Sala da Comissão, em de de 2005.

Deputado GIACOBO
Relator

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3.342, DE 2004

Dá nova redação ao art. 106 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, para dispor sobre o certificado de segurança veicular expedido por instituição técnica credenciada.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 106 da Lei nº 9.503/97, que “Institui o Código de Trânsito Brasileiro”, passa a vigorar com a seguinte redação

“Art. 106. No caso de fabricação artesanal ou modificação de veículo ou, ainda, quando ocorrer substituição de equipamento de segurança especificado pelo fabricante, será exigido, para licenciamento e registro, Certificado de Segurança Veicular expedido por instituição técnica credenciada pelo INMETRO – Instituto Nacional de Metrologia e Qualidade Industrial, conforme norma elaborada pelo CONTRAN (NR).

Parágrafo único. O credenciamento de instituição técnica para realizar os serviços de inspeção de segurança veicular deverá se dar mediante contratação por processo licitatório, sob regime de concessão, cabendo ao INMETRO, após consulta prévia aos órgãos executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, estabelecer a quantidade de instituições técnicas necessárias por região, em função da quantidade de veículos a serem inspecionados e por prazo determinado (AC).”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação
oficial.

Sala da Comissão, em de de 2005.

Deputado GIACOBO

2005.12661.083